



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

PALMAS-TO

MARÇO/2012



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

***PALMAS-TO
MARÇO/2012***

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União

CRH – Coordenação de Recursos Humanos

DG – Direção Geral

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPF/AGA/TO – Delegacia de Polícia Federal na cidade de Araguaína-TO

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DN – Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PPA – Plano Plurianual

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SR/DPF/TO - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Tocantins

RG – Relatório de Gestão

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SETEC - Setor Técnico-Científico

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

UTEC – Unidade Técnico-Científica

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<i>Quadro I – Organograma Funcional da SR/DPF/TO</i>	<i>10</i>
<i>Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada</i>	<i>15</i>
<i>Quadro III- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....</i>	<i>21</i>
<i>Quadro IV - Dados Gerais da Ação 2586.....</i>	<i>22</i>
<i>Quadro V - Execução Financeira da Ação 2586 realizada pela Unidade</i>	<i>22</i>
<i>Quadro VI - Dados Gerais da Ação 2720.....</i>	<i>23</i>
<i>Quadro VI - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade</i>	<i>23</i>
<i>Quadro VII - Dados Gerais da Ação 2726</i>	<i>24</i>
<i>Quadro VIII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade</i>	<i>25</i>
<i>Quadro IX - Dados Gerais da Ação 4572.....</i>	<i>29</i>
<i>Quadro X - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade</i>	<i>29</i>
<i>Quadro XI – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo</i>	<i>30</i>
<i>Quadro XII - Dados Gerais da Ação 2000</i>	<i>31</i>
<i>Quadro XIII - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Tesouro</i>	<i>32</i>
<i>Quadro XIV - Execução Financeira das Ações realizadas pela Unidade</i>	<i>35</i>
<i>Quadro XV - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade.....</i>	<i>35</i>
<i>Quadro XVI – Despesas por Modalidade de Contração dos Créditos Recebidos por Movimentação</i>	<i>36</i>
<i>Quadro XVII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos</i>	<i>37</i>
<i>Quadro XVIII- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....</i>	<i>39</i>
<i>Quadro XIX – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle de segurança privada</i>	<i>45</i>
<i>Quadro XX – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle migratório.....</i>	<i>46</i>
<i>Quadro XXI – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle de armas.....</i>	<i>46</i>
<i>Quadro XXII – Resumo do Desempenho do Setor Técnico Científico e Núcleo de Identificação.....</i>	<i>47</i>

<i>Quadro XXIII – Resumo das Atividades da Polícia Judiciária</i>	<i>47</i>
<i>Quadro XXIV – Resumo das Atividades da Polícia Judiciária II.....</i>	<i>47</i>
<i>Quadro XXV – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....</i>	<i>48</i>
<i>Quadro XXVI – Força de Trabalho da UJ.....</i>	<i>49</i>
<i>Quadro XXVII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....</i>	<i>50</i>
<i>Quadro XXVIII – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ....</i>	<i>51</i>
<i>Quadro XXIX – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.....</i>	<i>51</i>
<i>Quadro XXX – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade</i>	<i>52</i>
<i>Quadro XXXI – Composição do Quadro de Servidores Inativos.....</i>	<i>53</i>
<i>Quadro XXXII – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão</i>	<i>54</i>
<i>Quadro XXXIII - Composição do Quadro de Estagiários</i>	<i>55</i>
<i>Quadro XXXIV - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....</i>	<i>56</i>
<i>Quadro XXXV - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva ...</i>	<i>58</i>
<i>Quadro XXXVI - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i>	<i>60</i>
<i>Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos SR/DPF/TO.....</i>	<i>61</i>
<i>Quadro XXXVII - Declaração do Responsável pela Área de Contratos</i>	<i>62</i>
<i>Quadro XXXVIII– Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</i>	<i>63</i>
<i>Quadro XXXIX - Estrutura de controles internos da SR/DPF/TO</i>	<i>65</i>
<i>Quadro XL - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....</i>	<i>68</i>
<i>Quadro XLI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i>	<i>70</i>
<i>Fonte: SELOG/SR/DPF/TO</i>	<i>70</i>
<i>Quadro XLII- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros</i>	<i>70</i>
<i>Quadro XLIII - Gestão de TI da UJ</i>	<i>72</i>
<i>Quadro XLIV – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador</i>	<i>74</i>
<i>(Regime Especial de Execução).....</i>	<i>74</i>
<i>Quadro XLV – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo</i>	<i>75</i>

<i>Quadro XLVI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>76</i>
<i>Quadro XLVII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>77</i>
<i>Quadro XLVIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>78</i>
<i>Quadro XLIX – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>79</i>
<i>Quadro L – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>80</i>
<i>Quadro LI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>80</i>
<i>Quadro LII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>81</i>
<i>Quadro LIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>82</i>
<i>Quadro LIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>83</i>
<i>Quadro LV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>83</i>
<i>Quadro LVI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>84</i>
<i>Quadro LVII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>85</i>
<i>Quadro LVIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>86</i>
<i>Quadro LIX – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>87</i>
<i>Quadro LX – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>88</i>
<i>Quadro LXI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>89</i>
<i>Quadro LXII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>90</i>
<i>Quadro LXIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>90</i>
<i>Quadro LXIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>91</i>
<i>Quadro LXV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>92</i>
<i>Quadro LXVI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>92</i>
<i>Quadro LXVII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>93</i>
<i>Quadro LXVIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>94</i>
<i>Quadro LXIX – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>95</i>
<i>Quadro LXX – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>95</i>
<i>Quadro LXXI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	<i>96</i>
<i>Quadro LXXII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>97</i>

<i>Quadro LXXIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.....</i>	<i>97</i>
<i>Quadro LXXV - Declaração do Contador Responsável</i>	<i>99</i>

SUMÁRIO

SEÇÃO I	10
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	10
SEÇÃO II	13
INTRODUÇÃO	13
ITEM 1	15
SEÇÃO III.....	17
DESENVOLVIMENTO	17
ITEM 2	17
2.1) Responsabilidades institucionais	17
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	20
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	20
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro	35
2.5– Análise do desempenho.....	44
ITEM 3	48
3.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	48
3.2) Análise Crítica	48
ITEM 4	49
4.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	49
4.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	53
4.3) Composição do Quadro de Estagiários	55
4.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ	55
4.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	58
ITEM 5	62
5. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV.....	62
ITEM 6	63
6.1) Informações sobre declarações de bens e rendas	63
6. 2) Análise Crítica	63
ITEM 7	65

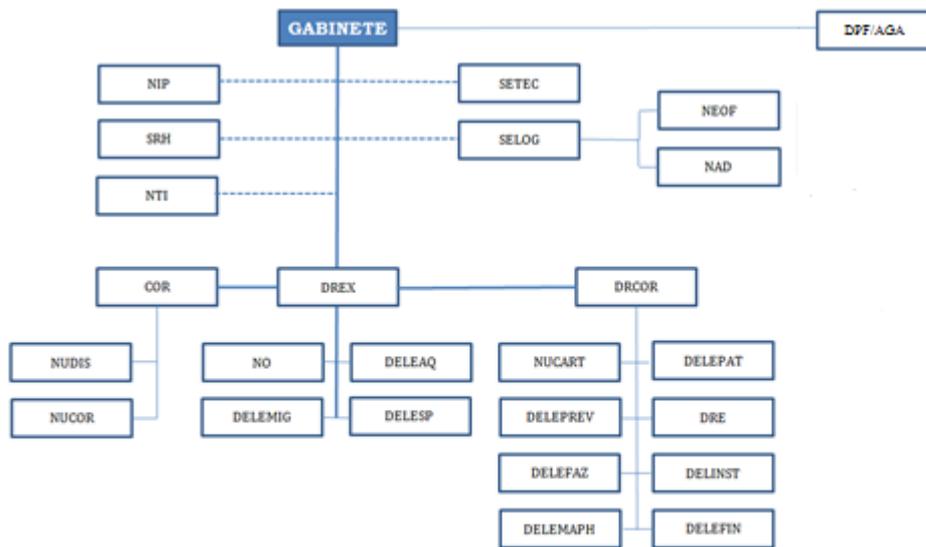
7.1) Estrutura de Controles Internos da UJ	65
ITEM 8	68
8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	68
ITEM 9	70
9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	70
9.2) Análise Crítica	71
ITEM 10	72
10.1) Gestão de Tecnologia da Informação	72
ITEM 11	74
11.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo	74
ITEM 12	76
12.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício	76
12.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	76
12.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício.....	76
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	99
ITEM 13	99
13.1 Declaração do Contador Responsável.....	99
SEÇÃO IV.....	100
OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PELA UJ	100
Programa Carbono Neutro	101
SEÇÃO V	102
CONCLUSÃO	102

SEÇÃO I

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Tocantins (SR/DPF/TO) está estruturada em quatro (04) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência Regional em Palmas-TO, por uma (01) Delegacia de Polícia Federal em Araguaína-TO, um Posto de emissão de Passaporte no Aeroporto de Palmas-TO e uma Base da Polícia Federal em Gurupi-TO.

Quadro I – Organograma Funcional da SR/DPF/TO



Conforme o organograma da SR/DPF/TO (Quadro I) e o Anexo XXI do Regimento Interno do DPF (Portaria nº 2.877, do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011) compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, dez (10) Delegacias Especializadas, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada, Controle de Armas e Produtos Químicos e Delegacia de Polícia de Imigração - subordinadas a Delegacia Regional Executiva; e ainda, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e Tráfico de Armas, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - subordinadas a Delegacia

Regional de Combate ao Crime Organizado. Compõem ainda a estrutura dessa Unidade Jurisdicionada as Delegacias, Setores e Núcleos detalhados a seguir:

I. GABINETE SR/DPF/TO

- a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
- d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
 - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF;
 - 2. Núcleo Administrativo - NAD;

II – Delegacia de Polícia Federal em Araguaína-TO;

III – Base da Polícia Federal em Gurupi-TO;

f. Delegacia Regional Executiva – DREX

- 1. Núcleo de Operações - NO;
- 2. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
- 3. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
- 4. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;

g. Delegacia de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DRCOR

- 1. Núcleo de Cartório - NUCART;
- 2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
- 3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
- 4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
- 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
- 6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST;
- 7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico -

DELEMAPH; e

- 8. Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos - DELEFIN;

h. Corregedoria – COR

- 1 Núcleo de Correções - NUCOR
- 2 Núcleo de Disciplina – NUDIS

De acordo com o artigo 20 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, compete às Superintendências Regionais do DPF, na sua área de atuação, entre outras atribuições:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal;

II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, a fim de subsidiar o planejamento operacional das Unidades Centrais;

IV – executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

O artigo 41 do Anexo I da Portaria supra estabelece que as Superintendências Regionais sejam subordinadas administrativamente ao Diretor-Geral e vinculadas técnica e normativamente às Unidades Centrais. As atribuições do Superintendente Regional encontram-se previstas no art. 35.

Conforme o art. 37 do Regimento Interno do DPF, aos chefes de Delegacias incumbe, entre outras atribuições: planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação; cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, orientadoras das ações policiais e administrativas, na sua área de atuação; propor, implementar e fiscalizar a execução de planos e projetos de trabalho específicos; submeter à decisão do Superintendente Regional os recursos interpostos contra indeferimento de abertura de inquérito policial, arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares; bem como promover e manter atualizado o controle estatístico referente às incidências criminais, à eficiência e eficácia de suas ações, para subsidiar decisões das Superintendências Regionais e unidades centrais.

SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2011 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins (SR/DPF/TO), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 108/2010, a Portaria TCU nº 123/2011 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial, segundo os itens relacionados na parte A (conteúdo geral, com dezesseis itens) e na parte B (informações contábeis da gestão, com um item) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 123/2011, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/TO opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. Os quadros previstos na parte C do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). As informações e quadros A.5.9, A.5.10 e A.5.11 sobre terceirização de cargos no DPF, assim como o quadro A.2.1 e A.2.2, que tratam de demonstrativo de execução por programa de governo, também serão respondidos de forma centralizada, visto que, as Superintendências Regionais do DPF operam apenas na execução orçamentária e financeira das ações, não existindo dotação orçamentária específica por Programa.

Os itens 3, 6, 14 e 16 da Parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 38 da parte C e a Parte D do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional. Convém salientar que a SR/DPF/TO não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal. Não houve recomendações da Controladoria-Geral da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2011.

As principais realizações da gestão, no exercício de 2011, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e

descaminho, entre outros. Foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

O Estado do Tocantins foi criado em 1988 pela Assembleia Nacional Constituinte, o que faz com que o Tocantins seja o mais novo dos 26 estados do Brasil. Localiza-se na região Norte, exatamente no centro geográfico do país, condição que lhe possibilita fazer limites com estados do Nordeste (Piauí, Bahia, Maranhão), Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso) e do próprio Norte (Pará), com população de 1.243.627 habitantes, Área de 277.620,914 km² e 139 municípios, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias ocupa porção estratégica do ponto de vista geográfico no território nacional.

As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, a exemplo do Decreto n° 7446/2011, estabelecendo limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Os planos e projetos para o exercício de 2012 perpassam por medidas de implementação dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões.

No ano de 2011, a SR/DPF/TO realizou onze (11) operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente 33 (trinta e três) mandados de busca e apreensão e 36 (trinta e seis) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva) e 13 (treze) conduções coercitivas. Além disso, foram instaurados 698 (seiscentos e noventa e oito) Inquéritos Policiais, concluídos 748 (setecentos e quarenta e oito), e ficaram em aberto (em andamento) 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) inquéritos.

ITEM 1

Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Tocantins			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Tocantins			
Código SIORG: 010089	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200404 e 200405
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(63) 3218-5704	(63)3218-5715	(63)3218-5700
Endereço eletrônico: sr.to@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Teotônio Segurado, Quadra 302 Norte, QI 01, Lote 02, CEP 77006-332, Palmas-TO			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Lei 8.715, de 06/10/93 - DOU. 192, de 07/10/93 FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997. Criada como Superintendência Regional em conformidade com o art. 1º da Lei 8.715/93, DOU. 192/93, em função da criação do Estado de Tocantins.			

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
<p>- Port. 005, de 12/01/95</p> <p>- DOU. 021, de 30/01/95</p> <p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes, alterada pela Instrução Normativa nº 17/08DG/DPF; alterada pela Instrução Normativa nº 39/2010 – DG/DPF.</p> <p>- Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.</p>	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
<p>- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srto), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.</p>	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200404	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Tocantins (Tesouro)
200405	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Tocantins (Funapol)
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200404	00001
200405	00001

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

ITEM 2

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Tocantins.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº

10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Regional do DPF no Tocantins exerce todas as atividades supracitadas, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2) Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:

I - Histórico;

II - Negócio;

III - Missão;

IV - Visão;

V - Valores;

VI - Fatores Críticos de Sucesso;

VII - Políticas Corporativas;

VIII - Macro Objetivos;

IX - Objetivos Institucionais; e

X - Ações Estratégicas.

- Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:

I - Objetivos Institucionais; e

II - Ações Estratégicas.

- Mapa Estratégico, composto de:

I - Missão;

II - Visão;

III - Perspectivas;

IV - Macro Objetivos;

V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e

VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

I – Orçamento e Finanças;

II – Aprendizado e Crescimento;

III – Processos Internos; e

IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

b) Valorizar o Servidor

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

c) Reduzir a Criminalidade

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

d) Promover a Cidadania

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

e) Incrementar os Acordos e Parcerias

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação

Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011

A Superintendência Regional do DPF no Tocantins atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. A Delegacia Descentralizada no Estado opera em consonância com a Superintendência em Palmas-TO, integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições da SR/DPF/TO e da DPF/AGA/TO. Da mesma forma, a SR/DPF/TO opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2011, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF no Tocantins atuou no combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, contrabando e descaminho, fraudes previdenciárias, crimes financeiros e crimes cibernéticos, entre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias no atendimento a estrangeiros. Prosseguiu-se a campanha do desarmamento, sendo recebidos diversos tipos de armas, efetuando-se cadastro e confecção de registros e portes.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Seguem adiante quadros demonstrativos contendo análise pormenorizada dos dados referentes à execução de Programas e Ações de Governo sob responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, bem como ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, houve execução orçamentária de ações do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro III- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça					
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.					
Gerente: Não informado					
Responsável pelo Programa na UJ:					
Público-alvo (beneficiários): Sociedade					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica*		R\$ 1.251.284,12	R\$ 1.244.864,12	R\$ 6.420,00	R\$ 1.241.912,12
Código	Tipo	Descrição da Ação			
2586	P	Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional			
2720	P	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública			
2726	P	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União			
4572	P	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			

Fonte: Corregedoria Geral (SINPRO)/DPF e SIGPLAN

Em 2011, na Unidade Gestora Funapol, o Departamento de Polícia Federal teve sob sua responsabilidade direta as atividades finalísticas, previstas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, do programa de governo Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662).

Esse Programa abrange atividades de sistema de emissão de passaporte e de controle do tráfego internacional, fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de

precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de segurança pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, e capacitação de seus servidores em processo de qualificação e requalificação.

2.3.1.1.1 – Ação 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional

Quadro IV - Dados Gerais da Ação 2586

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Criar mecanismos de segurança a serem aplicados na confecção de passaportes, visando inviabilizar as ações de falsificação desses documentos.
Descrição	Aparelhamento técnico e operacional da Coordenação-geral de Polícia de Imigração e das Unidades Descentralizadas do Departamento de Polícia Federal DPF, no sentido de implantar novos mecanismos de segurança na confecção de documentos de viagem para evitar falsificações, atendendo às normas da Organização de Aviação Civil Internacional OACI/ONU e modernizar o controle do tráfego internacional por meio de fiscalização mecânica e eletrônica desses documentos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Antonio Carlos Floriano Lessa
Produto (unidade de medida)	Passaporte Emitido (unidade)

Quadro V - Execução Financeira da Ação 2586 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2586	6.420,00	0,00	6.420,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

Na área de Migração, é digno de registro, desde agosto de 2009, a finalização da implementação do passaporte brasileiro dentro dos padrões internacionais, com 18 elementos de segurança. Desta forma, o governo brasileiro cumpre, no território nacional, o compromisso constante do Documento nº 9303 da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (ou, em inglês, International Civil Aviation Organization - ICAO), agência especializada da Organização

das Nações Unidas - ONU. Hoje todos os postos emissores da Polícia Federal no território brasileiro expedem o novo passaporte comum com padrão internacional.

A importância do novo Sistema Nacional de Passaportes vai além do cumprimento de um compromisso internacional do Brasil, constituindo-se em verdadeiro benefício para o cidadão brasileiro portador do novo documento de viagem. Com o passaporte no padrão da OACI, o nacional tem mais confiabilidade, segurança e agilidade nas viagens ao estrangeiro.

2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro VI - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Wellington Clay Porcino Silva
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro VI - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2720	154.858,63	154.858,63	0,00	154.858,63

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A ação 2720, que objetiva precipuamente o fornecimento de meios e recursos para o planejamento e a execução de operações de inteligência e de caráter sigiloso no âmbito do DPF, foi implementada com êxito.

Foram realizados trabalhos de inteligência policial, com empenho de despesas no montante de R\$ 154.858,63 (cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito mil reais e sessenta e três centavos).

Na execução de despesas referente às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a execução do sigilo na aquisição do material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar procedimento ordinário de execução, de modo que foi liquidado e pago todo o saldo empenhado.

2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro VII - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	<p>Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar empresas de segurança privada no país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p> <p>Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um</p>

	efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (Unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro VIII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2726	1.070.315,49	1.070.315,49	0,00	1.070.315,49

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

As operações policiais realizadas no ano utilizaram recursos descentralizados da ação em tela. Do montante de R\$ 1.070.315,49 previsto para execução na Ação 2726, foram liquidados e pagos 100% do saldo empenhado.

Embora se refiram a investigações encartadas em inquéritos policiais formais, a denominação “operação policial” na forma apresentada a seguir significa “operações que empregaram métodos e técnicas especiais de investigação”, em especial os recursos disponíveis na Lei nº 9.034/95. A partir do exercício de 2012 passarão a ser denominadas “operações especiais”, exatamente por conta da utilização de recursos especiais de investigação, em complemento aos métodos tradicionais previstos no Código de Processo Penal.

Seguem as operações principais realizadas no ano de 2011.

OPERAÇÃO SALVA-VIDAS

Em fevereiro de 2011 a Polícia Federal prendeu em Palmas/TO 01 pessoa em flagrante por expor à venda de medicamentos ilegais e controlados sem autorização da ANVISA, o que configura o crime de tráfico de drogas e crime contra a saúde pública.

OPERAÇÃO 18 DE AGOSTO

Investigação iniciada na Polícia Federal de Sergipe para prender o acusado de tentativa de homicídio contra o Presidente do TRE/SE resultou no pedido de apoio a esta Superintendência para dar cumprimento a três mandados de prisão preventiva e sete mandados de busca e apreensão.

Dos três mandados de prisão, apenas um foi cumprido, porque dois dos outros alvos e um terceiro que os acompanhava reagiram e foram mortos durante a ação policial, que contou com o apoio das Polícias Militares dos Estados do Tocantins e da Bahia.

O resultado da ação foi a desarticulação da quadrilha, acusada de diversos homicídios, roubos a instituições financeiras e agiotagem.

OPERAÇÃO FILTRAGEM E BLOQUEIO II

A Polícia Federal deflagrou duas operações simultâneas em Araguaína Tocantins, tendo como objetivo desarticular duas quadrilhas de fraudadores do seguro-desemprego na região.

O grupo aliciava o trabalhador e este “emprestava” sua carteira de trabalho (CTPS). De posse da carteira de trabalho, as quadrilhas efetuavam registros de contratos fictícios, de forma a configurar o vínculo empregatício, com a respectiva admissão e demissão do beneficiário. Os mentores também recebiam o seguro-desemprego entre eles. Nesta modalidade, os próprios criminosos atuavam, entre si, como empregadores e empregados fictícios.

Resultado: Em maio/2011, a Polícia Federal prendeu em Araguaína/TO nove pessoas, conduziu cinco pessoas coercitivamente e cumpriu 11 buscas e apreensões por elas terem obtido vantagem ilícita, em prejuízo do INSS, bem como por produzirem documentação falsa.

OPERAÇÃO PAZ NO CAMPO

Em junho/2011, a Polícia Federal cumpriu cinco buscas e apreensões por ameaça e porte ilegal de armas e munições em assentamentos.

Os mandados de busca foram executados em cinco residências de assentados e grileiros de terras indicados nas investigações como responsáveis pelos ilícitos, com intuito de desarmar a área de conflito, bem como orientar os posseiros que aguardassem a decisão da Justiça.

Nas buscas foram apreendidas duas armas e foram executados cinco mandados de busca e apreensão.

OPERAÇÃO CENSURA

Em julho/2011, a Polícia Federal prendeu em Palmas/TO uma pessoa, conduziu cinco pessoas coercitivamente e cumpriu quatro buscas e apreensões por divulgar imagens/vídeos contendo cenas de sexo envolvendo criança e adolescente.

OPERAÇÃO MARITACA

Em 2011, a Polícia Federal realizou operação conjunta com outras forças do Conselho de Segurança do Meio Norte (COMEN).

Foram realizadas diversas abordagens veiculares que resultaram em duas prisões em flagrante de indivíduos por receptação de veículos roubados.

OPERAÇÃO BRACHIARA

Em setembro/2011, a Polícia Federal prendeu sete pessoas em Araguaína/TO por crime de quadrilha, tráfico de drogas, roubos a bancos, correios e propriedades rurais, extorsão mediante restrição da liberdade das vítimas, e falsificação de documentos públicos.

Foram presos 07 membros do grupo que atuava em diversas cidades do estado do Tocantins, Pará e Maranhão, praticando os crimes descritos, os quais mantinham suas vítimas em cárcere e sob constante ameaça de morte mediante o uso de armas de fogo durante os roubos e extorsões.

Com a deflagração da operação, além da prisão de 07 membros da organização criminosa, obteve-se a apreensão de arma, munições e documentos públicos falsificados.

OPERAÇÃO MARBUG

Em outubro/2011, a Polícia Federal prendeu uma pessoa e cumpriu uma busca e apreensão por ela ter mentido e feito um servidor público incluir dados falsos em livro de plantão do Hospital Regional de Palmas, de que estaria na companhia de africanos infectados por vírus letal (marburg, da família do vírus ebola), situação que causou grande alarde junto às autoridades sanitárias brasileiras, as quais temiam possível epidemia.

OPERAÇÃO SALUTE II

Em outubro/2011, a Polícia Federal prendeu em Araguaína/TO 12 pessoas em flagrante por expor à venda medicamentos ilegais e controlados sem autorização da ANVISA, o que configura o crime de tráfico de drogas e crime contra a saúde pública.

OPERAÇÃO ZÍNGARO

A PF desencadeou em novembro de 2011 a operação Zíngaro, a qual neutralizou ação de quadrilha especializada em crimes previdenciários contra o INSS.

Foram cumpridos três mandados de condução coercitiva e duas buscas.

OPERAÇÃO MAET

Embora deflagrada em dezembro de 2010, prosseguiu na SR/DPF/TO o trabalho afeto à operação MAET, que apurou suposto esquema de corrupção envolvendo advogados e magistrados estaduais do TJ/TO. Parte do efetivo policial ficou empenhada na análise do material que foi apreendido durante a fase ostensiva da investigação.

A análise da documentação e das mídias computacionais apreendidas exigiu esforço concentrado da unidade durante todo o primeiro semestre, a fim de fornecer subsídios ao MPF e ao Ministro Relator do STJ.

Ao fim dos trabalhos e com base no que foi produzido, foram realizadas em maio de 2011 outras 4 (quatro) buscas e oferecida denúncia pelo MPF perante o STJ, bem como tomadas medidas administrativas junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), resultando na prorrogação do afastamento de 4 (quatro) desembargadores estaduais.

Outras atividades de Polícia Judiciária realizadas:

Jan/2011 - PF prende três pessoas e cumpre um mandado de busca e apreensão por divulgação de cenas de sexo envolvendo criança e adolescente em Foz do Iguaçu-PR.

Fev/2011 – PF cumpre um mandado de busca e apreensão na casa de suspeito de divulgar imagens/vídeos contendo cenas de sexo envolvendo criança e adolescente.

Março/2011 PF cumpre dois mandados de busca e apreensão na casa e local de trabalho de suspeito de divulgar imagens/vídeos contendo cenas de sexo envolvendo criança e adolescente.

Abril/2011 – PF cumpre um mandado de busca e apreensão na casa de suspeito de promover compra de voto.

2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro IX - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Luciana do Amaral Alonso Martins
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (Unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro X - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
4572	19.690,00	19.690,00	0,00	19.690,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A ação tem a finalidade de formar e aprimorar conhecimentos dos servidores da SR/DPF/TO.

Quatro fiscais de contratos das SR/DPF/TO participaram de simpósio de Gestão de Contratos e Terceirização de Serviços na Administração Pública, em Palmas-TO, no valor de R\$ 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais). A servidora responsável pela fiscalização dos contratos de serviços terceirizados participou de pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho, três servidores do Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira fizeram em Brasília-DF, curso sobre retenção na fonte de tributo e contribuições sociais na contratação de bens e serviços, no valor de R\$ 2.760,00 (dois mil setecentos e sessenta reais), e três servidores do Setor de Logística e Administração Policial participaram de pós-graduação em Gestão Pública.

É importante destacar a proveitosa parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e DTCOM, na qual vários servidores puderam realizar cursos em 2011, participando por

meio de ações de Educação e Ensino à Distância – EAD, integrantes do PRONASCI. Trata-se de uma parceria que gerou bons resultados, pois consistem em cursos voltados para a área de segurança pública, que não demandam altos custos para a Unidade. São necessários apenas terminais de computador conectados à internet e dedicação de tempo do servidor.

O Núcleo de Armamento e Tiro da SR/DPF/TO também promoveu treinamentos específicos na área do saber policial, contribuindo para aprimorar as metodologias de ação da Polícia Federal no tocante ao manuseio de armamento - a serviço, em cursos de capacitação ou em ocasiões diversas.

2.3.1.2 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal, ou seja, é um programa de apoio às políticas públicas e áreas especiais voltado para os serviços típicos da administração, para o planejamento, à coordenação, à avaliação ou controle de programações finalísticas, resultando em bens ou serviços ofertados à própria administração, composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas.

Esse programa tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal, nele não são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores do SIGPLAN. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

Quadro XI – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não informado	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
Gerente de Programa: Não informado	

Responsável pelo Programa na UJ: Não informado					
Público-alvo (beneficiários): Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica		R\$ 3.557.155,22	R\$ 3.039.952,56	R\$ 517.202,66	R\$ 3.039.952,56
Informações sobre os resultados alcançados: Constantes nas considerações sobre a execução da ação realizada					
Código	Tipo¹	Descrição da Ação			
2000	A	Administração da Unidade			

Fonte: NEOF da SR/DPF/TO

Neste programa foram alocados a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrangendo a administração da Unidade, nela incluindo as atividades afins à área, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro XII - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, tampouco em um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a

	<p>um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Não há produto previsto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Quadro XIII - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Tesouro

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2000	3.557.155,22	3.039.952,56	517.202,66	3.039.952,56

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que possibilita a execução de despesas das atividades de apoio necessárias à gestão e administração da Unidade.

Na ação supramencionada, a Unidade teve despesas empenhadas no valor de R\$ 3.557.155,22 dos quais liquidou e pagou cerca de 90%, tendo havido inscrição em restos a pagar não-processados de R\$ 517.202,66. Trata-se de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas compreendem

serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota veicular própria, manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, vigilância, recepcionistas, limpeza e conservação, copeiragem e manutenção predial, despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins), insumos e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da Superintendência e descentralizada. Os recursos humanos e materiais envolvidos nesta ação são aqueles diretamente envolvidos na atividade de suporte da Unidade.

Contingenciamento no exercício: O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício teve impacto na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos, e também nas ações desenvolvidas pelos servidores da Polícia Federal, como a utilização de viaturas (combustíveis e manutenção) e pagamento de passagens e diárias para deslocamento.

Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária: O contingenciamento de recursos, a posterior tempestividade na sua liberação e a crescente necessidade de maior número de servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos. Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda de serviços, a Polícia Federal deve se preparar para melhorar o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo nos grandes eventos internacionais que o País sediará; os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento da missão da Polícia Federal.

Frise-se também que as unidades orçamentárias da Polícia Federal são agraciadas com cotas orçamentárias para o desenvolvimento das suas atividades, e que a cota da Polícia Federal no Tocantins fica aquém das suas necessidades. O volume de recursos descentralizado atende com dificuldade as despesas básicas, como energia, telefone, limpeza, não sendo possível o investimento em melhorias na atuação da Polícia Federal. Esta unidade vem pleiteando, sem sucesso, o aumento da sua cota orçamentária a fim de se fazer investimentos em TI, dar funcionalidade à Base de Apoio em Gurupi-TO, dentre outras prioridades.

Outro fator que prejudicou demasiadamente a execução orçamentária e os resultados operacionais como um todo foi a mudança do ordenador de despesa. O lapso temporal entre a saída do antigo superintendente e a nomeação do atual tornou indefinida a execução de ações e aprovação de despesas.

A escassez de recursos humanos também é um desafio que deve ser enfrentado. O desempenho da área meio está extremamente comprometido, pois, diante do número reduzido de servidores tem-se tornado impossível atender a segregação de funções, ademais, para que as atividades não fiquem totalmente comprometidas se faz necessário o deslocamento de servidores policiais para a área meio, para realizar funções em desconformidade com o cargo.

Conclui-se que insuficiência e o contingenciamento dos recursos orçamentários, o lapso temporal enfrentado na mudança do ordenador de despesa e limitações numéricas de recursos humanos foram os principais entraves enfrentados na consecução dos objetivos da Polícia Federal no Tocantins.

Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária: visando atender metas de contenção de despesas, impostas a todo o Governo Federal, houve economia em contratos de telefonia, manutenção de viatura, combustível, passagem aérea, energia e diárias no exercício 2011, o que levou esta unidade a planejar para o exercício de 2012 dentre outras, as seguintes medidas de contenção de gastos:

- implantação do VOIP - Voice Over Internet Protocol (tecnologia de transmissão de voz sobre protocolo de internet), o uso desse serviço permitirá que ligações telefônicas sejam realizadas por meio da rede internet ou através de redes de dados corporativas.

- adequação da rede elétrica da SR/DPF/TO, visando redução entorno de 20% nos gastos com energia elétrica.

- assinatura de contrato de gerenciamento e manutenção de frota por meio de cartão, o que imprime mais transparência, controle e ganhos com a redução do custo com manutenção de viaturas.

Destaca-se ainda o uso da videoconferência como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna, em funcionamento na SR/DPF/TO. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica.

2.3.2 – Execução física e financeira das ações realizadas pela SR/DPF/TO

As metas físicas e financeiras estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, constantes no SIGPLAN, são aquelas consolidadas para todo o DPF e acompanhadas pelo Gerente Executivo do seu respectivo Programa, as quais constarão em Relatório específico do Órgão Central. Sendo assim, os dados discriminados no quadro adiante são aqueles disponíveis nesta Unidade Jurisdicionada, consolidados pelos setores responsáveis.

Quadro XIV - Execução Financeira das Ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Meta Financeira Realizada 2011
06	122	750	2000	A	3	R\$ 3.557.155,22
06	181	0662	2586	P	3	R\$ 6.420,00
06	183	0662	2720	P	3	R\$ 154.858,63
06	181	0662	2726	P	3	R\$ 1.070.315,49
06	128	0662	4572	P	3	R\$ 19.690,00

Cumprimento das metas físicas: Foi cumprida a maior parte das metas físicas previstas para esta Jurisdicionada, as quais serão objeto de avaliação pormenorizada pelo Órgão Central.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

As informações de dotação não se aplicam a unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não da Unidade Executora.

Quadro XV - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2) Programação de Despesas Correntes

Esta Unidade Jurisdicionada não é Unidade Orçamentária, tampouco é Unidade Gestora que tenha contabilmente registrado créditos atribuídos originalmente pela LOA, por isso, não apresenta informações sobre programação de despesas correntes a serem elencados no quadro A.2.4 da DN TCU Nº 108/2010.

2.4.3) Programação de Despesas de Capita

Esta Unidade Jurisdicionada não é Unidade Orçamentária, tampouco é Unidade Gestora que tenha contabilmente registrado créditos atribuídos originalmente pela LOA, por isso, não apresenta informações sobre programação de despesas de capital a serem elencados no quadro A.2.5 da DN TCU Nº 108/2010.

2.4.4) Execução Orçamentária da Despesa

A execução orçamentário de uma Unidade Jurisdicionada é composta de créditos originários e recebidos por meio de movimentação, entretanto, as informações sobre a execução orçamentária desta UJ não apresentam dados relativos à despesa por créditos originários (quadros A.2.8 a A.2.10 da DN TCU Nº 108/2010), tendo em vista que toda a sua programação é fruto de cota recebida por meio de movimentação intraorçamentária; sendo assim, serão apresentados abaixo apenas os dados referentes a execução da despesa dos créditos recebidos.

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Quadro XVI – Despesas por Modalidade de Contração dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contração	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	R\$ 1.563.368,61	R\$ 1.599.300,07	R\$ 1.563.368,61	R\$ 1.599.300,07
Convite	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Tomada de preços	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Concorrência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pregão	R\$ 1.563.368,61	R\$ 1.599.300,07	R\$ 1.563.368,61	R\$ 1.599.300,07
Concurso	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Consulta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contratações Diretas	R\$ 969.977,88	R\$ 1.075.335,92	R\$ 969.977,88	R\$ 1.075.335,92
Dispensa	R\$ 921.621,24	R\$ 1.034.358,86	R\$ 921.621,24	R\$ 1.034.358,86
Inexigibilidade	R\$ 48.356,64	R\$ 40.977,06	R\$ 48.356,64	R\$ 40.977,06
Regime de Execução Especial	170.175,99	225.338,90	170.175,99	225.338,90
Suprimento de Fundos	170.175,99	225.338,90	170.175,99	225.338,90
Pagamento de Pessoal	R\$ 1.180.657,52	R\$ 1.622.464,43	R\$ 1.177.705,52	R\$ 1.622.464,43
Pagamento em Folha	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diárias	R\$ 1.180.657,52	R\$ 1.622.464,43	R\$ 1.177.705,52	R\$ 1.622.464,43
Outras				

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro XVII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
3- Outras Despesas Correntes								
339014	R\$ 1.180.657,52	R\$ 1.622.464,43	R\$ 1.180.657,52	R\$ 1.622.464,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.177.705,52	R\$ 1.622.464,43
339030	R\$ 447.222,77	R\$ 400.849,24	R\$ 345.688,84	R\$ 375.339,84	R\$ 101.533,93	R\$ 25.509,40	R\$ 345.688,84	R\$ 375.339,84
339033	R\$ 183.818,19	R\$ 310.407,23	R\$ 123.796,45	R\$ 303.673,46	R\$ 60.021,74	R\$ 6.733,77	R\$ 123.796,45	R\$ 303.673,46
339036	R\$ 361.986,64	R\$ 324.141,10	R\$ 343.986,64	R\$ 324.141,10	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 343.986,64	R\$ 324.141,10
339037	R\$ 728.555,29	R\$ 715.788,36	R\$ 706.027,61	R\$ 710.996,06	R\$ 22.527,68	R\$ 4.792,30	R\$ 706.027,61	R\$ 710.996,06
339039	R\$ 1.142.751,84	R\$ 1.896.568,62	R\$ 983.132,11	R\$ 1.832.736,26	R\$ 159.619,73	R\$ 63.832,36	R\$ 983.132,11	R\$ 1.832.736,26
339041	R\$ 0,00	R\$ 326,00	R\$ 0,00	R\$ 326,00	R\$ 0,00	R\$ 326,00	R\$ 0,00	R\$ 326,00
339047	R\$ 5.755,36	R\$ 180,00	R\$ 5.755,36	R\$ 180,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.755,36	R\$ 0,00
339092	R\$ 18.833,41	R\$ 6.532,78	R\$ 18.833,41	R\$ 6.532,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.833,41	R\$ 6.532,78
339093	R\$ 293.685,80	R\$ 453.552,64	R\$ 293.685,80	R\$ 453.552,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 293.685,80	R\$ 453.552,64
339139	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 11.783,56	R\$ 0,00	R\$ 6.216,44	R\$ 0,00	R\$ 11.783,56	R\$ 0,00
339014	R\$ 1.180.657,52	R\$ 1.622.464,43	R\$ 1.180.657,52	R\$ 1.622.464,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.177.705,52	R\$ 1.622.464,43

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro XVIII- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4- Investimentos								
449039	27.423,70	0,00	0,00	0,00	27.423,70	0,00	0,00	0,00
449052	399.748,82	203.570,47	271.469,38	203.570,47	128.279,44	0,00	271.469,38	203.570,47

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

No exercício de 2011, foi adquirida 03 (três) licenças WinSvrEnt 2008 R2 SNGL MVL e 200 licenças WinSvrCal SNGL MVL DvcCal, no intuito de solucionar problemas com os servidores que concentram toda estrutura de banco de dados, segurança de rede, controladores de domínio e demais aplicativos utilizados pela SR/DPF/TO, tais como SISCART, SIGEPOL e MOSCA.

Foram adquiridos diversos materiais de informática (Scanner's, Switch, Impressoras e Microcomputadores, para atender demandas internas e proceder a substituição das máquinas que se encontram obsoletas da Superintendência de Polícia Federal em Palmas-TO e da Delegacia de Polícia Federal em Araguaína-TO.

2.4.5) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Departamento de Polícia Federal tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, houve contratação de instituições que ficariam incumbidas deste propósito em

exercícios anteriores, a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG e da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Todavia, em função dos fatores diversos e diante dos resultados iniciais apresentados, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui, entre outras atribuições, a seguinte: "II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial".

Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Nos próximos anos, deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

Para a análise dos resultados alcançados pela Polícia Federal convém ressaltar que há dois indicadores institucionais, vinculados ao Programa 0662 (Prevenção e Repressão à Criminalidade): Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais e Prazo Médio para a Conclusão de Inquéritos Policiais, cujos resultados, metodologia de cálculo e análises serão apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central, visto que os dados devem ser apresentados em nível consolidado. A seguir, retrata-se a pertinência da utilização dos referidos indicadores.

2.4.5.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais

- a) **Utilidade:** medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011.

O inquérito instaurado num determinado exercício, devido à complexidade das investigações e/ou procedimentos, eventualmente não pode ser concluído dentro do mesmo exercício. Da mesma forma que os inquéritos relatados no período, podem ser aqueles

instaurados em anos anteriores. Dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Nesse sentido, a utilidade desse indicador pode ser claramente percebida, haja vista tratar-se de um dos mais representativos índices, o qual sempre é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetam o desempenho desta Unidade Jurisdicionada.

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice relativo à Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais acima de 100%, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento, o que vem se repetindo nos últimos anos. As ações de correição, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço.

Treze unidades operacionais descentralizadas da Unidade Jurisdicionada conseguiram suplantar a meta estabelecida no Plano Plurianual (índice superior a 80%) ao final de 2011, com exceção de apenas uma Delegacia, que atingiu índice de 75%. Em 2012, pretende-se averiguar a dimensão das eventuais dificuldades encontradas por aquela única descentralizada, que resultaram em taxa de conclusão de inquéritos inferior à meta do PPA e serão feitas gestões para as medidas corretivas necessárias.

Ainda que atingida a meta estabelecida, torna-se necessário frisar que há um prognóstico de que cada vez mais essa taxa fique abaixo de 100%, pois a taxa elevada de anos anteriores se deu exatamente por conta de inquéritos antigos que existiam. Hoje a realidade da UJ é de que quase a totalidade dos inquéritos possui tempo de instauração recente, razão pela qual ele necessariamente terá um “tempo de vida” da investigação alargado. Mesmo assim, como dito, a UJ atingiu o índice buscado.

b) **Mensurabilidade:** Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado, mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF, disponibilizadas na intranet. Todavia, o índice inferior a 80% não retrata necessariamente insucesso, pois cada inquérito depende de fatores diversos que determinam o tempo de andamento do mesmo.

Como mencionado no tópico anterior, à diminuição do índice tem mais relação com a proximidade temporal de instauração das investigações atualmente em curso do que com o ritmo empregado na condução de cada inquérito.

2.4.5.2) Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais

- a) **Utilidade:** medir o prazo médio para a conclusão de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011 e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas, a fim de reduzir tal prazo.
- b) **Mensurabilidade:** O fenômeno-objeto (Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais) foi medido mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF. Da mesma forma que o índice 2.4.3.1 (taxa de conclusão), possui razoável mensurabilidade: trata-se de um indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados extraídos de sistemas ativos e confiáveis (Sistema Nacional de Procedimentos - SINPRO e Sistema Cartorário - SISCART), por meio de recursos da Coordenação de Tecnologia de Informação do DPF, disponibilizados à Corregedoria Geral, além de ser econômica a produção de tal indicador. Entretanto, este indicador não possibilita aferir uma exata mensuração da produtividade, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi considerado no PPA 2012-2015. Os demais índices relativos à Polícia Judiciária dependem de fatores de elevada complexidade, os quais devem ser observados no decurso das investigações e, principalmente, na deflagração de operações policiais. Ainda nesse sentido, são relevantes as representações bem fundamentadas junto ao Judiciário.

Adicionalmente, foram desenvolvidos indicadores regionais, no âmbito da SELOG/SR/DPF/TO, e que, portanto, não são dotados de comparabilidade externa, cujos detalhes são sintetizados adiante.

Taxa de crescimento do volume de inquéritos policiais relatados

- a) utilidade: medir, em relação ao ano anterior, a taxa de crescimento do quantitativo de inquéritos policiais relatados.

b) fórmula de cálculo:

$$(((\sum \text{inquéritos relatados 2011}) * 100 / \sum \text{inquéritos relatados 2010}) - 1) * 100$$

c) resultado do indicador: -7,88%

d) método de aferição: informações extraídas do quadro XXV

e) responsável pelo cálculo: Setor de Administração e Logística Policial - SELOG

OBSERVAÇÕES: A redução do número de inquéritos policiais relatados em comparação com o ano de 2010 não decorre de uma redução da produtividade no ano de 2011, mas sim de um aumento significativo dos IPL's relatados em 2010 em decorrência de meta estabelecida pela Corregedoria Geral, que buscava um resultado de mais de um inquérito relatado para cada instaurado naquele ano de 2010. Em virtude dessa meta, uma quantidade considerável de apuratórios mais antigos foram concluídos, remanescendo na UJ uma carga de IPLs mais novos, o que acarretou a diminuição do número de IPL's com instrução suficiente para serem relatados no ano em destaque.

Taxa de crescimento do volume de inquérito policiais instaurados

a) utilidade: medir, em relação ao ano anterior, a taxa de crescimento do quantitativo de inquérito policial instaurados

b) fórmula de cálculo:

$$(((\sum \text{inquéritos instaurados 2010}) * 100 / \sum \text{inquéritos instaurados 2011}) - 1) * 100$$

c) resultado do indicador: **28,07%**

d) método de aferição: informações extraídas do quadro XXV

e) responsável pelo cálculo: Setor de Administração e Logística Policial – SELOG

OBSERVAÇÕES: A principal causa do aumento do número de inquérito policiais instaurados nesta UJ em 2011 foi o aumento de requisições de inquéritos oriundas da Procuradoria da República no Estado do Tocantins, especialmente no primeiro semestre de 2011.

Taxa de crescimento do volume de laudos periciais emitidos

a) utilidade: medir, em relação ao ano anterior, a taxa de crescimento do quantitativo de laudos periciais emitidos

b) fórmula de cálculo:

$$(((\sum \text{laudos emitidos 2011}) * 100 / \sum \text{laudos emitidos 2010}) - 1) * 100$$

c) resultado do indicador: **0,22%**

d) método de aferição: informações extraídas do quadro XXIII

e) responsável pelo cálculo: Setor de Administração e Logística Policial - SELOG

OBSERVAÇÕES: O número de laudos produzidos manteve-se estável, com pequena oscilação positiva, quase insignificante.

Taxa de crescimento de Emissão de passaporte

a) utilidade: medir, em relação ao ano anterior, a taxa de crescimento de Emissão de passaporte na SR/DPF/TO

b) fórmula de cálculo:

$$(((\sum \text{emissão passaporte 2011}) * 100 / \sum \text{emissão passaporte 2010}) - 1) * 100$$

c) resultado do indicador: **-5,73%**

d) método de aferição: informações extraídas do quadro XXI

e) responsável pelo cálculo: Setor de Administração e Logística Policial – SELOG

Vale ressaltar que os indicadores acima elencados não são oficiais, ou seja, não são institucionalizados e, portanto, não mensuram os resultados do órgão Polícia Federal, sendo medidos apenas no âmbito da SR/TO, não sendo, pois, parâmetro de comparabilidade entre as regionais da Polícia Federal.

2.5– Análise do desempenho

No ano de 2011, a SR/DPF/TO realizou diversas operações policiais, resultando no cumprimento de mandados de busca e apreensão e prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação operacional reativo, foram instaurados 698 (seiscentos e noventa e oito) Inquéritos Policiais, concluídos 748 (setecentos e quarenta e oito), e ficaram em aberto (em andamento) 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) inquéritos.

Em junho de 2011, o Núcleo de Operações da DREX tinha cerca de 150 pedidos de diligências para instrução de inquéritos policiais pendentes, alguns recebidos desde o ano de 2010. Com a retirada de quase todo o efetivo do NO/DREX e do NIP – setores que concentravam quase todo o efetivo de agentes de polícia federal – e a lotação destes nas diversas Delegacias, as pendências foram devolvidas aos respectivos setores e foram todas equacionadas, assim como as que surgiram durante o segundo semestre, passando-se então para uma atuação mais eficiente, célere e contínua.

Houve a implantação – por meio de normativo – de um plano de atendimento de ocorrências externas, onde se regula a atividade de sobreaviso e, sendo comunicada a ocorrência de crime, uma equipe completa, composta de Delegado, Escrivão, Perito Criminal, Papiloscopista e Agentes deverão se deslocar ao local do crime e envidar todos os esforços no sentido de obter a materialidade do crime e tentar identificar e prender em flagrante o(s) autor(es) da conduta delitiva. Este trabalho, no ano de 2011 serviu para diminuir o tempo transcorrido entre a instauração e a conclusão dos inquéritos policiais, posto que praticamente todas as diligências possíveis são efetivadas na mesma data do fato.

Quadro XIX – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle de segurança privada

Atividades	2007	2008	2009	2010	2011
Autos de constatação e notificação de infração	17	23	19	09	92
Vistoria das instalações de empresa de vigilância	37	35	15	16	16
Renovação de certificado de segurança	8	16	15	15	16
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	8	15	11	14	14
Renovação de certificados de vistoria de veículos especiais	8	3	11	14	14
Planos de segurança/ vistorias de agências bancárias	101	123	183	124	124
Carteiras de vigilantes requeridas	468	358	345	321	657
Certificados vigilantes registrados	476	523	842	752	1.053
Guias de transporte/transferência de armas emitidas	11	38	71	66	95
Processos de revisão/autorização de funcionamento analisados	11	11	13	13	16

O crescimento substancial da quantidade de autos de constatação e notificação de infrações, contra as empresas especializadas e as instituições financeiras, não se deve a um aumento específico da atividade de fiscalização de segurança privada em 2011; o que ocorreu foi à verificação de um aumento das transgressões das normas disciplinares

específicas de forma habitual e continuada por parte de empresas específicas e, a reincidência na reprovação dos itens de segurança dos planos das instituições financeiras.

A reprovação dos planos de segurança das instituições financeiras ocorreu, principalmente, em função da inobservância dos seguintes itens:

1. deixar a empresa de segurança de fornecer arma e colete balístico ao vigilante, cujo posto de trabalho é em instituição financeira;
2. transportar armas de fogo e munições sem a competente guia de autorização;
3. dispor de alarme, vigilância ou qualquer outro item de segurança em desacordo com o plano de segurança aprovado.

Já o aumento na quantidade de certificados registrados se deve à expansão do número de empresas de vigilantes no Estado do Tocantins, e por consequência ao crescimento da demanda por profissionais da área de segurança privada.

Quadro XX – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle migratório

Atividades	2007	2008	2009	2010	2011
Emissão de passaportes	4.291	3.873	2.643	4.186	3.946
Pedido de sindicância de estrangeiros	X	37	15	42	34
Recadastramento de estrangeiros	2	2	3	0	0
Carteira de estrangeiros	73	62	89	72	65
Registro de estrangeiros	31	28	65	53	65
Prorrogação de vistos	36	119	51	60	18
Pedidos de permanência de estrangeiros	14	23	15	41	25
Pedidos de naturalização	6	3	1	2	9
Registro de autos de infração de estrangeiros	14	40	17	17	17

Quadro XXI – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle de armas

Atividades	2007	2008	2009	2010	2011
Registro de armas de fogo expedidos	96	1.091	2.153	4.909	684
Portes de armas de fogo expedido	7	2	1	10	10
Autorização para aquisição de arma de fogo	22	56	50	63	82
Recadastramento de arma de fogo	64	953	1.385	4.353	ND*
Pedidos de porte de arma indeferidos	2	17	0	7	4
Ocorrências (roubo/furto/extravio de armas de	55	96	78	133	122
Armas recebidas pela Campanha do	2	59	75	30	30
Guias de trânsito de armas de fogo emitidos	33	18	40	52	61

*aguardando dados do órgão central

Quadro XXII – Resumo do Desempenho do Setor Técnico Científico e Núcleo de Identificação

Atividades	2007 (UN)	2008 (UN)	2009 (UN)	2010 (UN)	2011 (UN)
Laudos periciais produzidos	422	704	434	442*	443
Laudos Pendentes	159	140	8	51	61
Laudos papiloscópicos (GID)	24	15	22	12	13
Informação Técnica (GID)	-	-	-	30	24

*No relatório de Gestão 2011, onde lê-se 42, leia-se 442.

Quadro XXIII – Resumo das Atividades da Polícia Judiciária

Item	2008	2009	2010	2011
Flagrantes	22	35	63	28
Prisão preventiva	02	2	22	07
Prisão temporária	10	17	07	01
Mandado de busca e apreensão	55	69	65	19
Armas apreendidas	24	11	22	17
Bens apreendidos – veículos	16	11	57	13

Quadro XXIV – Resumo das Atividades da Polícia Judiciária II

Atividades	2007 (UN)	2008 (UN)	2009 (UN)	2010 (UN)	2011 (UN)
IPL instaurados	546	645	472	545	698
IPL relatados	652	516	536	812	748
IPL em andamento	400	936	472	572	465
TCO instaurados	25	14	5	16	11
Cartas precatórias registradas	130	214	182	172	257

ITEM 3

3.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XXV – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2009	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2008	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	R\$ 100.867,83	R\$ 31.874,61	R\$ 68.993,22	R\$ 0,00
2009	R\$ 433.413,12	R\$ 24.618,20	R\$ 408.794,22	R\$ 0,00
2008	R\$ 543.384,88	R\$ 117.739,34	R\$ 425.645,54	R\$ 0,00
Observações: Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.				

Fonte: SIAFI Gerencial

3.2) Análise Crítica

Os valores inscritos em restos a pagar não processados da SR/DPF/TO tem sofrido decréscimo gradativo. O objetivo é chegar a se inscrever apenas os valores referentes aos contratos continuados que por sua natureza não possam ser pagos antes do encerramento do exercício financeiro.

Os cancelamentos efetuados decorrem da inscrição de despesas que não apresentam valores fixos, com variação mensal em decorrência do uso, como água, energia, telefone.

A inscrição em restos a pagar, além de ser determinada por contratos continuados, é também em função dos recorrentes contingenciamentos de recursos sofridos ao longo dos exercícios financeiros, o que determina a eventual liberação dos créditos somente nos últimos meses do exercício, prejudicando as fases da liquidação e pagamento das aquisições.

Por fim, essa Unidade Jurisdicionada não efetua inscrição em restos a pagar processados, tendo em vista que, após a verificação do direito de recebimento do fornecedor envidam-se esforços para o imediato adimplemento da despesa.

ITEM 4

A avaliação acerca dos recursos humanos empregados pela Polícia Federal no Tocantins será feita com base na composição dos quadros de:

- a) servidores ativos
- b) servidores inativos e pensionistas
- c) estagiários
- d) custos dos recursos humanos
- e) terceirização

Essa UJ não é a responsável pela área de recursos humanos, sendo tal responsabilidade atribuída ao órgão Central do DPF, portanto, não serão apresentados indicadores de gerenciamento do item 5.6 da DN TCU Nº 108/2010.

4.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

4.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ

Quadro XXVI – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)				
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	155	0	0	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de servidores (1+2)	155	0	0	0

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

4.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro XXVII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	11
3.2. A pedido, a critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	2
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0

5.3.	Atividade política	0
5.4.	Interesses particulares	0
5.5.	Mandato classista	0
6.	Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7.	Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	18

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

4.1.3 Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da UJ

Quadro XXVIII – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4	4	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	21	19	4	4
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	25	25	4	4
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)				

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

4.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro XXIX – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	15	72	32	12	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	4	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	11	8	0	0
3. Totais (1+2)	15	87	40	12	0

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

4.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro XXX – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	19	113	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	4	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0

3. Totais (1+2)	0	0	0	0	19	136	0	0	0
<p>Fonte: Planilha SRH/SIAPE</p> <p>Situação apurada em 31/12</p> <p>LEGENDA</p> <p>Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.</p>									

4.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/TO, referem-se a dados apenas ano exercício de 2011, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF.

4.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro XXXI – Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores aposentados até 31/12	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	15	1
1.1 Voluntária	15	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	1	1
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0

2.3	Invalidez Permanente	1	1
2.4	Outras	0	0
3.	Totais (1+2)	16	2

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/TO – situação em 31/12/11

4.2.1 Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ

Quadro XXXII – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	2	0
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	2	0
3. Total (1+2)	103	-

Fonte: SIAPE e Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/TO – situação em 31/12/11

4.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XXXIII - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesas no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	11	12	11	10	
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	R\$ 20.434,21	R\$ 24.292,00	R\$ 21.795,33	R\$ 21.533,98	R\$ 88.055,52
2. Nível Médio	02	06	06	06	
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	R\$ 2.548,50	R\$ 6.676,69	R\$ 5.987,50	R\$ 6.437,19	R\$ 21.649,88
3. Total (1+2)	13	18	17	16	R\$ 109.705,40

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/TO

4.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ

Excepcionalmente, os custos de recursos humanos foram informados pelo Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/TO nos valores totais, posto que outros dados pormenorizados, quais sejam, detalhamento de vencimentos e despesas variáveis, custos por cada servidor cedido ou comissionado, entre outros, são apurados centralizadamente, pela CRH/DGP/DPF. Da mesma forma, a composição do quadro de recursos humanos desta Unidade Jurisdicionada por faixa etária e por nível de escolaridade é acompanhada pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF, cujo Relatório de Gestão deverá apontar tais dados.

Providências estão sendo adotadas, mediante aperfeiçoamento dos sistemas de acesso às informações de recursos humanos, visando, em breve, ao compartilhamento de mais dados pelo Órgão Central com outras Unidades Jurisdicionadas do DPF.

Quadro XXXIV - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	13.547.041,62	-	2.136.409,49	529.665,00	546.533,64	269.407,95	23.365,81	-	12.460,48	17.064.883,99
	2010	13.502.392,04	-	2.156.052,58	529.552,81	549.096,93	83.159,90	17.372,06	16.023,19	6.365,53	16.860.015,04
	2009	13.480.147,61	-	2.233.534,03	580.835,88	260.829,20	29.945,03	28.970,26	-	2.214,28	16.616.476,29
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	164.676,60	-	22.455,90	4.990,20	3.344,00	1.508,00	33,03	-	-	197.007,73
	2010	179.647,20	-	14.970,60	533,98	3.648,00	900,00	548,91	-	-	200.248,69
	2009	242.508,66	-	31.324,51	6.960,99	2.898,00	-	369,98	-	-	284.062,14
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											

Exercícios	2011	697.324,96	61.716,07	94.253,84	24.181,16	13.348,00	7.570,00	4.192,52	-	2.473,58	905.060,13
	2010	836.006,64	74.802,24	114.871,41	25.834,20	16.110,00	589,00	3.926,08	550,59	1.363,81	1.074.053,97
	2009	753.192,59	57.184,61	114.035,88	44.071,56	5.430,00	28.354,56	2.436,27	-	-	1.004.705,47
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	2.604.794,54	59.223,77	415.440,63	90.610,13	72.452,00	31.343,00	5.092,97	-	3.293,40	3.282.250,44
	2010	2.724.773,63	61.182,69	458.587,48	114.356,90	75.076,00	7.663,54	6.032,53	8.143,98	4.913,24	3.460.729,99
	2009	2.882.779,65	64.697,42	425.189,36	94.153,84	36.854,83	6.586,07	8.046,98	-	1.413,49	3.519.721,64

Fonte: SIAFI – Valores em R\$,00.

4.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

A Polícia Federal no Tocantins, apesar de possuir quadro funcional aquém das suas necessidades, não possui contratos de terceirização em áreas típicas dos planos de cargos, sendo assim, não se aplica a esta unidade os quadros A.5.9, A.5.10 e A.5.11 da DN TCU Nº 108/2010. As informações sobre terceirização estão restritas aos contratos de prestação de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade e locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

4.5.1 – Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro XXXV - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Tocantins													
UG/Gestão: 200404/0001						CNPJ: 00.394.494/0006-40							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	11/2008	IPANEMA SEGURANÇA 03.601.036/0003-80	31/03/2008	31/10/2010	8	8					E
2010	V	O	14/2010	IPANEMA	01/11/2010	01/11/2012	14	14					P

				SEGURANÇA 03.601.036/0003-80									
2008	L	O	03/2008	BARAHOUSE CONSTRUÇÕES E SERV. ESPECIAIS 03.690.364/00001-39	25/01/2008	25/04/2010	10	10					E
2010	L	O	06/2010	FÊNIX ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA 04.795.101/0001-57	28/05/2010	27/05/2012	9	8					P

Observação: -

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/TO

4.5.2 – Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargo do órgão

Quadro XXXVI - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Tocantins														
UG/Gestão: 200404/0001							CNPJ: 00394494/0006-40							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	3	O	05/2010	FÊNIX ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA 04.795.101/0001-57	24/05/2010	24/05/2012	2	1						P
2009	7	O	09/2009	MT ENTREGAS RÁPIDAS LTDA. 07.863.504/0001-84	01/09/2009	01/09/2010			4	4				E
2010	7	O	13/2010	ALTERNATIVA	09/11/2010	09/11/2012			4	3				P

				EMPREENDIMEN TOS E SERVIÇOS LTDA 09.328.844/0001-30										
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Observação: Trata-se de contratos de contratação de serviços de Limpeza e conservação e Vigilância Armada.

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

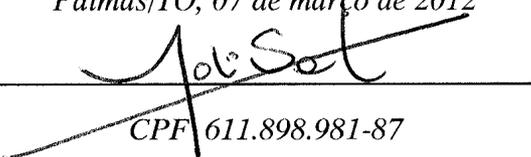
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos SR/DPF/TO.

ITEM 5

5. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

Quadro XXXVII - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

<i>Unidade Jurisdicionada</i>	
<i>Denominação completa (UJ)</i>	<i>Código da UG</i>
<i>Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Tocantins</i>	<i>200704, 200705</i>
<p><i>Eu, Adriano de Assis Sales, CPF nº611.898.981-87, ocupante do cargo de Administrador, exercido na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos celebrados pela estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</i></p> <p><i>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</i></p> <p><i>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</i></p> <p><i>Palmas/TO, 07 de março de 2012</i></p> <p> _____ <i>CPF 611.898.981-87</i></p> <p><i>Administrador</i></p>	

ITEM 6

6.1) Informações sobre declarações de bens e rendas

Quadro XXXIII– Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	NA	-	-
	Entregaram a DBR	NA	-	-
	Não cumpriram a obrigação	NA	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	NA	-	-
	Entregaram a DBR	NA	-	-
	Não cumpriram a obrigação	NA	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	25	05	30
	Entregaram a DBR	25	05	30
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

6. 2) Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo

modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

ITEM 7

7.1) Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro XXXIX - Estrutura de controles internos da SR/DPF/TO

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Considerações gerais

Metodologia utilizada pela UJ para responder os quesitos: Foi designado um servidor da Unidade Jurisdicionada lotado no SELOG/SR/DPF/TO para fornecer as respostas.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no

contexto da UJ, porém, em sua minoria.

*(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.*

*(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.*

*(5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.*

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins não possui Unidade de Controles Interno que possa responder sobre a natureza dos controles em questão. Até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Assim, foi objeto da análise supracitada o sistema de controles internos existente no Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade.

ITEM 8

8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XL - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos: Considerando que a Comissão Permanente de Licitações e a Área de Gerenciamento de Contratos da SR/DPF/TO lidam diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, o questionário foi respondido por 01 (um) servidor lotado no respectivo setor.</p> <p>Em continuidade ao Programa Carbono Neutra, esta Jurisdicionada realizou, em 2011, o plantio de cerca de 650 mudas em Palmas-TO.</p> <p>Considerando o disposto no Decreto nº 5.940, de 25/10/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/TO

ITEM 9

9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Seguem adiante dois quadros com dados sobre a distribuição espacial e discriminação dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União, sob responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins, bem como sobre os imóveis locados por esta Regional.

Quadro XLI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	TOCANTINS		
	PALMAS	1	1
	ARAGUAÍNA	1	1
	GURUPI	1	1
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR		Não há	Não há
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: SELOG/SR/DPF/TO

Quadro XLII- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	TOCANTINS		
	PALMAS	3	2
	ARAGUAÍNA	1	1
Subtotal Brasil		4	3
EXTERIOR		Não há	Não há
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		4	3

Fonte: SELOG/SR/DPF/TO

9.2) Análise Crítica

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins, dispõe de um terreno urbano, sem benfeitoria, com área total de 4.474,60m², localizado na Rua Monteiro Lobato, Quadra 09, Lote 01, Loteamento "Jardim Santa Helena" em Araguaína-TO, um terreno urbano, sem benfeitoria, com área total de 10.374,56m², localizado na ASRSE-45, conjunto APE-01, Avenida LO-5B, na cidade de Palmas-TO e um imóvel, com área total de 216m², sendo 180,70m² de área construída, sendo garagem coberta, 06 salas, 01 hall, 04 banheiros, 01 cozinha e uma garagem coberta, localizado na Avenida Pará n° 1.206, Quadra 08, lote 01, Setor Central, na cidade de Gurupi-TO, o imóvel não dispõe de elevador, seus extintores são recarregados dentro da data prevista para reposição, as caixas d'água são limpas anualmente, o imóvel se encontra em excelente estado de conservação. O setor responsável pela gestão dos imóveis é o Setor de Administração e Logística Policial, que periodicamente visita os terrenos, bem como o imóvel na cidade e Gurupi-TO.

A relação de imóveis da Unidade Jurisdicionada em referência, bem como os valores reavaliados desses imóveis encontram-se carentes de uma atualização mais precisa no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET. De acordo com a Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Patrimônio da União n° 322 de 23 de agosto de 2001, o SPIUNET passou a ser a principal fonte alimentadora do SIAFI para efeito de contabilização dos imóveis, mantendo a tempestiva compatibilidade entre as informações existentes nos Sistemas.

Ante o exposto, em 2011, foram adotadas providências visando à realização de capacitação de servidores e a adequada atualização dos valores dos imóveis de uso especial sob real responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada. Cabe ressaltar que foi solicitada junto a SPU, nova avaliação dos referidos imóveis, sendo que assim que a avaliação for concluída será feita a atualização dos valores a fim de que a base monetária seja mais confiável e o valor registrado no SPIUNET espelhe o valor justo (de mercado), considerando-se os valores depreciáveis, quando cabíveis.

ITEM 10

10.1) Gestão de Tecnologia da Informação

No DPF, a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação de Tecnologia da Informação - CTI, responsável pela elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, pela estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de Direção Geral. Regionalmente, nas Superintendências, os Núcleos de Tecnologia da Informação - NTIs são responsáveis pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CTI, pela manutenção da infraestrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e pelo atendimento aos usuários da região.

Segue adiante um quadro contendo a avaliação da gestão de Tecnologia de Informação no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. Entretanto, salienta-se que muitos dos quesitos adiante avaliados não se aplicam aos NTIs. Nesse contexto, com o intuito de não prejudicar o quesito, o mesmo foi respondido como (1) – Totalmente Inválida.

Quadro XLIII - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	03				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					

8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.*	0%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
<p>Observação:</p> <p>Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos: As respostas aos quesitos foram apresentadas pelo Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/TO.</p> <p>Convém salientar que os dados referentes a planejamento estratégico da área em questão são obtidos junto à Coordenação de Tecnologia da Informação do DPF, em Brasília/DF. Adicionalmente, algumas ações executadas nesta Unidade Jurisdicionada, no contexto das diretrizes estabelecidas pelo Órgão Central encontram-se mais pormenorizadas na seção 17.2.4 do presente Relatório.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/TO

ITEM 11

11.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constante nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) n° 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria n° 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

Em 21 de novembro de 2011, foi expedida a Instrução Normativa n° 49/2011-Direção Geral do DPF, que revogou a IN n° 11/2009-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos. Assim, a nova manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto n° 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Em 2011, nesta Unidade Jurisdicionada, houve redução de 20% das despesas pagas mediante suprimento de fundos, em relação ao ano de 2010. Os montantes de gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos no quadro abaixo.

Quadro XLIV – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
(Regime Especial de Execução)

Código da UG Funapol	200405		
Regime Especial de execução		Valor Individual Concedido	Total Efetivamente aplicado
Total utilizado pela UG em 2011 sob o Regime Especial de Execução		R\$ 192.500,00	R\$ 170.175,99

Fonte: SIAFI

Quadro XLV – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	NA	R\$ 165.342,09	NA	R\$ 4.833,90	R\$ 170.175,99
2010	NA	R\$ 209.758,74	NA	R\$ 15.580,16	R\$ 225.338,90
2009	NA	R\$ 76.753,24	NA	R\$ 4.708,82	R\$ 81.462,06

Fonte: SIAFI

ITEM 12

12.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins não recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União no exercício de 2011.

12.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do Tribunal de Contas da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2011.

12.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins recebeu recomendações da Controladoria-Geral da União no exercício de 2011, sendo todas atendidas, conforme quadros adiante elencados.

De acordo com o Informe nº 008/2011, oriundo da Assessoria Especial de Controles Internos do Ministério da Justiça, as constatações e impropriedades apontadas pela auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno não acarretaram ressalvas no Certificado de Auditoria emitido pela CGU.

Quadro XLVI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 2011.08854/001	1	
Entidade responsável objeto da recomendação			
SELOG da SR/DPF/TO			
Descrição das Recomendações:			
Recomendação nº 01 Retificar o 2º termo Aditivo ao Contrato nº 017-2008, com devida publicação, onde constou a data de vigência até 31-			

06-2012 (em vez de 12-06-2012) na Cláusula Segunda (folha 553) ou retificar a Cláusula Primeira, e retificar onde constou o valor da Prorrogação referente a 2012 (em vez de 2011) na folha 554.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação

SELOG da SR/DPF/TO

Síntese da providência adotada:

Recomendação n° 01

Foi providencia confecção do termo de apostilamento para correção da data de vigência do contrato.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação n° 01

Foi retificado o 2° termo Aditivo ao Contrato n° 017-2008, passando a constar a data de vigência até 31-06-2012 (em vez de 12-06-2012)

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Quadro XLVII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	RA 2011.08854/001	2	
Setor responsável objeto da recomendação			
Contratos SELOG/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação :			
Recomendação n° 01			
Abster-se de definir em Edital a quantidade de serventes para execução dos serviços de limpeza nas contratações vigentes e futuras			
Recomendação n° 02			
Observar atentamente a validade das garantidas em forma de títulos da dívida pública nas contratações vigentes e futuras;			
Recomendação n° 3:			
Observar a necessidade dos aditivos contratuais serem efetuados por meio de Termos Aditivos, com minuta analisada			

pela Consultoria Jurídica, e com a devida publicação na Imprensa Oficial, nos contratos vigentes e futuros;
Recomendação n° 4:
Providenciar a numeração/renumeração das folhas 474 em diante do processo
Providências Adotadas
Setor Responsável pela implementação
Contratos SELOG/SR/DPF/TO
Síntese da providência adotada:
Recomendações n° 01 a 04
1 Acataremos a recomendação nas futuras contratações.
2 Estamos observando a validade das garantias, atualmente a situação esta regular;
3 Já estamos procedendo desta forma;
4 As folhas 474 em diante foram renumeradas.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendações n°s 01 a 04
Já foram atendidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Quadro XLVIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	RA 2011.088554/001	3	
Setor responsável objeto da recomendação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Descrição do Item do Relatório			
Descrição da Recomendação n° 01 a 04			
Recomendação n° 01			
Abster-se, nos aditamentos futuros, de prorrogar a vigência de contratos que não se mostrem mais vantajosos à Administração;			
Recomendação n° 02			
Observar os limites de acréscimo contratual definidos na legislação, realizando nova licitação quando necessário o acréscimo de quantitativos contratados acima daqueles limites;			
Recomendação n° 03			
Observar as recomendações emitidas pela Consultoria Jurídica sempre que pertinentes e cabíveis, evitando			

interpretação divergente sem fundamentação clara;
Recomendação nº 04
Realizar pesquisas de preços em empresas do ramo, além de em outros órgãos públicos, previamente às contratações e aditamentos.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela implementação
SELOG da SR/DPF/TO
Síntese da providência adotada:
Foi realizada reunião com o pessoal da CPL e Contratos onde foram discutidas as referidas recomendações e acatadas por todos os servidores.
Síntese dos resultados obtidos
Já foram atendidas
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro XLIX – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	RA 2011.088554/001	4	
Setor responsável objeto da recomendação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação nº 01			
Providenciar a rubrica/assinatura do Edital e Anexos (folhas 232 a 306) pela autoridade competente, conforme determina o art. 40 da lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação nº 01			
Providenciamos as assinaturas e rubrica no processo em referência.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendações nº 01: Foi garantida a legitimidade do documento.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro L – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	RA 2011.088554/001	5	
Setor responsável objeto da recomendação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Atentar às formulas e cláusulas inseridas nos editais e observar o principio da vinculação ao instrumento convocatório nos contratos e pagamentos efetuados às contratadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
Acatamos as recomendações e comunicamos o Setor de Contratos bem como o fiscal de contrato para que atendam as recomendações propostas pela equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Passou a ser atendida as recomendações			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro LI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

6	RA 2011.088554/001	6	
Setor responsável objeto da recomendação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Retificar a publicação no Diário Oficial da União do Extrato do Contrato n° 08/2010, de agosto de 2010, constante da folha 139 do processo, no qual foi divulgado como valor total contratado R\$ 1.185.000,00 ao invés de R\$ 537.584,00, correspondente ao serviço de instalação e reparação de infraestrutura de rede dados e voz para a nova sede da SR/DPF/TO.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
Foi feita a retificação do valor do contrato n° 08/2010, publicado no DOU n° 65, seção 3, página 77, de 08/04/2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
Informamos que no caso de Adesão a ATA de Registro de Preços o SIASG exige que seja informado o valor do item, definido no Pregão Eletrônico, assim os gestores do SIASG recomendam que após a publicação desse valor os usuários “caronas” devem publicar um evento de retificação de contrato, na opção OUTRAS, que permite digitar um texto dizendo ONDE SE LÊ:...LÊA-SE.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro LII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	RA 2011.088554/001	7	
Setor responsável objeto da recomendação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Adotar providências, nos processos futuros, para obtenção de um prazo contratual maior, e, se possível, de um preço melhor, evitando a necessidade de renegociações de valores periódicas, fazendo constar no processo evidências das medidas tomadas;			

Recomendação n° 02
Observar em contratações e aditamentos futuros, bem como na presente, a necessidade de juntada dos mencionados documentos;
Recomendação n° 03
Providenciar a assinatura do documento constante às fls. 91/92.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela implementação
SELOG/SR/DPF/TO
Síntese da providência adotada:
Recomendação n° 01
Foi realizado o cadastro do locador no SICAF e providenciada a assinatura
Síntese dos resultados obtidos
Foi garantida a legitimidade do documento.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro LIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	RA 2011.08854/001	8	
Setor responsável objeto da recomendação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Providenciar a assinatura do documento constante às fls. 96/97			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
Acatamos as recomendações e providenciamos a assinatura do referido documento.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi garantida a legitimidade do documento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo			

gestor
Não há.

Quadro LIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	RA 2011.088554/001	9	
Setor responsável objeto da recomendação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Observar a necessidade de comprovação de realização de vistoria pelo proprietário, em contratações presentes e futuras.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
Foi realizada reunião com o proprietário do prédio na qual foi discutida a forma de entrega do imóvel, optando-se pelo recebimento do bem em suas condições atuais.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi emitido documento pelo proprietário do imóvel onde o mesmo aceitava receber o imóvel da maneira em que ele estava, suprimindo assim a necessidade do laudo de vistoria.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro LV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

10	RA 2011.088554/001	10	
Setor responsável objeto da recomendação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Inserir no SIASG os dados do contrato n° 001/2009 – Inexibilidade n° 003/09- Imprensa Oficial;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
Foi inserido no SIASG os dados do contrato de n° 001/2009 – Inexigibilidade n° 003/09 Imprensa Nacional.			
Síntese dos resultados obtidos			
Já foi atendido			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro LVI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	RA 2011.088554/001	11	
Setor responsável objeto da recomendação			
SRH/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Inserir no SIAPE as informações a respeito das averbações de tempo e de serviço, tempo LPA, tempo de serviço prestado ao órgão no período de 1977 a 1996 e o fundamento da concessão do abono de permanência, constantes do processo físico, apresentando comprovante das inclusões solicitadas;			
Recomendação n° 02			
Juntar cópia de certidão expedida pelo INSS comprovando a averbação do período de tempo de serviço em empresa privada;			
Recomendação n° 03			
Juntar cópia de certidão expedida pela Academia Nacional de Polícia atestando o período de realização do curso de formação para o cargo de agente de polícia federal.			

Providências Adotadas
Setor Responsável pela implementação
SRH/SR/DPF/TO
Síntese da providência adotada:
<p>Recomendação n° 01</p> <p>Foram incluídas no SIAPE as informações relativas ao tempo de serviço prestado ao Departamento de Polícia Federal de 1977 a 1996, bem como informado o fundamento legal da concessão de abono de permanência ao servidor, a saber, cód. “17001 – LC 51 1º I”, conforme planilhas extraídas do referido sistema.</p> <p>Recomendação n° 02</p> <p>anexada cópia da certidão de tempo de serviço expedida pelo INSS, às fls. 15, comprovando tempo de serviço líquido de 01 ano, 01 mês e 13 dias.</p> <p>Recomendação n° 03</p> <p>anexada cópia da certidão expedida pela ANP, às fls. 16, comprovando tempo de serviço líquido de 116 dias relativos a curso de formação profissional.</p>
Síntese dos resultados obtidos
Regularização da concessão do abono de permanência com a devida anexação de documento bem como do tempo necessário para concessão de tal abono.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Positivo: A regularização do processo contou com a colaboração do servidor ao providenciar as certidões necessárias a regularização do processo.

Quadro LVII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	RA 2011.088554/001	12	
Setor responsável objeto da recomendação			
SRH/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação n° 01</p> <p>Inserir no SIAPE o fundamento legal da concessão do abono de permanência, apresentando comprovante da inclusão solicitada.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SELOG/SR/DPF/TO			

Síntese da providência adotada:
Recomendação n° 01 O sistema SIAPE não permitiu inclusão/alteração de dados referentes a Abono de permanência, em virtude de o servidor já estar aposentado. Diante disso, seguindo orientação da SECAD/DRH/CRH/DGP, foi realizado contato com o Ministério do Planejamento, gestor do referido sistema, (v. e-mail às fls.), a fim de viabilizar o atendimento da recomendação.
Síntese dos resultados obtidos
Ainda, não foi possível o atendimento da recomendação da CGU/TO.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Negativo: O sistema não permitiu a inclusão do fundamento legal da concessão do abono de permanência.

Quadro LVIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	RA 2011.08854/001	13	
Setor responsável objeto da recomendação			
SRH/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01 Verificamos que não consta a data a partir da qual a beneficiaria faz jus ao benefício no despacho que autoriza a concessão do abono de permanência, bem como não consta cópia de publicação em boletim interno da mencionada concessão. Neste sentido, recomendamos que seja providenciada a inclusão desses documentos neste processo, bem como nos processos autuados futuramente.			
Recomendação n° 02 Apensar ao presente processo o processo de n° 08297.006486/2009-60 (exercícios anteriores – abono de permanência), haja vista se tratar de assuntos correlatos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01 Foi elaborada Nota n. 21/2011-SRH/SR/DPF/TO para publicação em Aditamento Semanal, contendo a data da concessão do benefício, bem como o fundamento legal respectivo (cópia anexa). Ressalte-se que referida nota fora juntada aos autos n. 08297.009374/2008-80, conforme recomendado.			

Recomendação n° 02
Conforme cópias anexas, o processo n. 08297.006486/2009-60 (exercícios anteriores – abono de permanência) foi apensado ao processo n. 08297.009374/2008-80.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação n° 01
Com a publicação da nota no aditamento semanal foi providenciado o devido cumprimento do princípio da publicidade em relação ao ato de concessão de abono de permanência.
Recomendação n° 02
Reunião em uma avença de dois processos com o mesmo objeto: Abono de permanência.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Positivo: Não houve óbice ao cumprimento das recomendações realizadas pela CGU/TO.

Quadro LIX – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	RA 2011.088554/001	14	
Setor responsável objeto da recomendação			
SRH/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Quanto ao processo n° 08297.006929/2009-12 e 08297.009100/2008-91- Inserir no SIAPE os dados referentes ao período de LPA do beneficiário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SRH/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
Em consulta realizada a SECAD/DRH/CRH/DGP, foi recomendado que se entrasse em contato com o Ministério do Planejamento, gestor do referido sistema, a fim de viabilizar o atendimento da recomendação, tal contato foi infrutífero uma vez que o SIAPE não permitiu a realização da providencia solicitada.			
Síntese dos resultados obtidos			
O SIAPE não reconhece o tempo de serviço público estadual para fins de concessão de LPA em nenhuma das operações disponíveis.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Negativa: O sistema de pessoal não possui estrutura para realização da recomendação da CGU/TO.

Quadro LX – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	RA 2011.088554/001	15	
Setor responsável objeto da recomendação			
SRH/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação nº 01 Quanto ao processo nº 08297.008503/2010-37 – Verificamos que foi pago ao servidor o valor integral equivalente à passagem aérea (R\$ 1078,00, conforme cotação à, em desconformidade com o art. 3º do decreto nº 4.004/01, o qual dispõe que: “o servidor que, atendido o interesse da administração, utilizar condução própria no deslocamento para a nova sede, fará jus à indenização da despesa do transporte, correspondente a 40% do valor da passagem de transporte aéreo no mesmo percurso...” Nesse sentido, recomendamos providenciar a restituição do valor pago a maior, qual seja, R\$ 640,80, ou apresentar a justificativa legal para o pagamento. Enviar comprovante a esta equipe de auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SRH/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação nº 01 Foi providenciada notificação, acompanhada dos respectivos cálculos e Guia de Recolhimento da União – GRU. Tais documentos, conforme cópias anexas, foram encaminhados ao Setor de Recursos Humanos da Superintendência Regional do DPF em Alagoas, atual lotação do servidor, para fins de notificação e pagamento.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação acolhida, atendimento em trâmite.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro LXI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	RA 2011.088554/001	16	
Setor responsável objeto da recomendação			
SRH/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
<p>Quanto ao processo nº 08297.009374/2008-80- Abono de permanência</p> <p>Recomendação nº 01 Providenciar a numeração de todas as folhas do processo</p> <p>Recomendação nº 02 Verificamos que o servidor solicitou a conversão em pecúnia dos valores referente às passagens aéreas (30ª folha do processo- está sem numeração), no entanto, não consta no processo documento que comprove a realização do referido pagamento. Deste modo, recomendamos que seja realizado o devido pagamento, se ainda não o fez, com a apresentação de documento que comprove se o pagamento foi realizado a fim de possibilitar a conferência por parte dessa equipe de auditoria.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SRH/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
<p>Recomendação nº 01 Foram numeradas todas as folhas do processo n. 08297.028439/2009-07.</p> <p>Recomendação nº 01 Verificou-se que o pagamento em questão ainda não havia sido realizado. Procedeu-se ao cálculo dos valores relativos às passagens aéreas, com a conversão em pecúnia solicitada pelo servidor às fls 30, nos termos do art. 3º do Decreto n. 4004/2001, chegando-se ao valor de R\$ 259,00. Após, o processo foi encaminhado ao Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, para efetuar o pagamento.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>Recomendação nº 01 Numeração do processo regularizada.</p> <p>Recomendação nº 01 Já quanto à conversão em pecúnia das passagens aéreas requeridas pelo servidor, foi providenciado o calculo bem como a formulação do processo com posterior encaminhamento ao setor competente para a realização do referido pagamento.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Positivo: Não houve impedimento a solicitação impetrada pelo servidor.

Quadro LXII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	RA 2011.088554/001	17	
Setor responsável objeto da recomendação			
SRH/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01 Providenciar a devida inclusão no SISAC dos seguintes atos de concessão de aposentadoria de 04 ex-servidores desta Superintendência			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SRH/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01 O Setor de Recursos Humanos desta Superintendência não dispõe de acesso ao sistema SISAC para efetuar a inclusão de atos de concessão de aposentadoria. Dessa forma, foi encaminhado o Ofício n. 526/2011-SRH/SR/DPF/TO, em 08 de abril de 2011, ao Serviço de Aposentadoria e Pensões (SEAP/DRH/CRH/DGP/DPF), no âmbito da Direção de Gestão de Pessoal do DPF, em Brasília/DF, para fins de cumprimento da presente recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os resultados obtidos não podem ser informados, uma vez que não é de competência deste SRH a inclusão dos dados referentes a concessões de aposentadorias.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro LXIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO	010089
Recomendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	RA 2011.08854/002	1	
Setor responsável objeto da recomendação			
NEOF/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação nº 01			
Providenciar a baixa ou transferência dos saldos abaixo para conta específica, conforme macrofunção SIAFI 021107.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
NEOF/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação nº 01			
Foi realizada a regularização dos saldos registrados nas contas contábeis 142110100, 142119100 e 142119800.			
Síntese dos resultados obtidos			
Correção do saldo das unidades gestoras 200405 e 200404.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro LXIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	RA 2011.088554/002	2	
Setor responsável objeto da recomendação			
NAD/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação nº 01			
Providenciar a inclusão dos dados relativos aos imóveis locados por esta unidade no SPIUNET.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
NAD/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação nº 01			
Foi realizada a inclusão dos dados relativos aos imóveis locados por esta unidade no SPIUNET.			

Síntese dos resultados obtidos
Regularização no SPIUNET dos dados dos imóveis objeto de contrato de locação desta SR/TO.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro LXV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	RA 2011.08854/002	3	
Setor responsável objeto da recomendação			
NAD/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Providenciar a atualização cadastral no SPIUNET (valor atualizado e regime de utilização) de todos os imóveis desta unidade conforme macrofunção SIAFI 021107 e demais normativos vigentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
NAD/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
Foi solicitada à Secretaria de Patrimônio da União - SPU que realize laudo de avaliação dos imóveis, para que os mesmos sejam cadastrados junto ao SPIUNET			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando o encaminhamento dos laudos solicitados para atendimento da recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro LXVI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO	
Recomendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	RA 2011.08854/002	4	
Setor responsável objeto da recomendação			
NAD/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Providenciar a regularização dos imóveis com impedimentos/pendências de uso/cessão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
NAD/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
Fomos até a Secretaria de Patrimônio da União e conversamos com o Assessor Jurídico, André, onde fomos informados que a SR/DPF/TO não tem imóvel com impedimento ou pendências de uso e cessão.			
Síntese dos resultados obtidos			
A recomendação efetuada não encontra embasamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro LXVII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	RA 2011.088554/002	5	
Setor responsável objeto da recomendação			
NAD/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Providenciar medidas de formalização de processos de trabalhos relativos à gestão de bens imóveis bem como de controles relativos às despesas e processos com manutenção e instalação dos bens.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
NAD/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			

Recomendação n° 01
Acatamos as recomendações e comunicamos o Setor de Contratos bem como o fiscal de contrato para que atendam as recomendações propostas pela equipe de Auditoria da CGU.
Síntese dos resultados obtidos
Os resultados obtidos ficaram a cargo do setor de contratos bem como do fiscal.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro LXVIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	RA 2011.088554/002	6	
Setor responsável objeto da recomendação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Utilizar, de maneira rotineira, instrumentos como check-list e fluxogramas em seus processo de pessoal e processos administrativos como meio de controle, com rotinas de trabalho escritas, possibilitando que os atuais servidores e outros possam realizar as tarefas futuramente sem a ocorrência de erros/improbidades.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
Foi elaborado Manual de Procedimentos de Instrução Processual e de Publicação de Atos Administrativos no SIASG e disponibilizado aos servidores da CPL e do Setor de Contratos, Foi elaborado Manual de Atividades do Núcleo de Transporte e Manual de Execução Orçamentária Financeira e Patrimonial.			
Síntese dos resultados obtidos			
Otimização dos processos realizados pelos setores de gestão de contratos e de orçamentos e finanças.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Positivo: A elaboração dos check-lists e fluxogramas permitiu identificar as etapas dos processos realizados, possibilitando, assim, a consecução com maior agilidade dos processos efetuados.			

Quadro LXIX – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	RA 2011.088554/002	7	
Setor responsável objeto da recomendação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Verificar a possibilidade de uso de Pregões/Sistemas de Registro de Preços conduzidos pela DPF/DF, ou até mesmo por outros órgãos federais, de acordo com os normativos vigentes, para evitar a sobrecarga de processos na unidade, tendo em vista o quadro reduzido de servidores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SELOG/SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
Esta recomendação já vem sendo realizada na SR/DPF/TO.			
Síntese dos resultados obtidos			
A contratação por meio de Adesão à ATA desonerou em grande parte as contratações realizadas por esta SR/TO.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Positivo: Agilidade nas contratações			

Quadro LXX – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	RA 2011.088554/002	8	
Setor responsável objeto da recomendação			
SR/DPF/TO			
Descrição da Recomendação			

Recomendação n° 01
Realizar estudos locais sobre as atividades críticas de pessoal e força de trabalho, para uso interno e para encaminhamento aos órgãos superiores como subsídio na adoção de medidas de adequação quantitativa e qualitativa de pessoal.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela implementação
SRH/DPF/TO
Síntese da providência adotada:
Recomendação n° 01
Foi realizado levantamento das informações através do setor de Recursos Humanos e encaminhado a Direção Geral.
Síntese dos resultados obtidos
Levantamento das reais necessidades de servidores para a SR/DPF/TO.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro LXXI – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	RA 2011.08854/003	1	
Setor responsável objeto da recomendação			
DELOG – Diretoria de Logística Policial			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Realizar estudos para a elaboração de indicadores de gestão mais abrangentes, em conjunto com o órgão central, considerando, inclusive dados da secretaria estadual de Segurança e/ou de outros entes, como o Ministério Público.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
DELOG – Diretoria de Logística Policial			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
Acerca da constatação que foi levantada, informamos que esta recomendação será encaminhada a Direção Geral do DPF, sugerindo que seja realizado o estudo na Diretoria de Administração e Logística Policial - DELOG, tendo em vista que a mesma dispõe de melhor estrutura de pessoal para elaboração dos indicadores que ora são solicitados.			
Síntese dos resultados obtidos			

Os indicadores serão elaborados pela Direção Geral em Brasília-DF.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Negativo: A SR/DPF/TO aguarda a elaboração dos indicadores pela Direção Geral em Brasília, sendo que a partir da elaboração dos indicadores terá condição de atender a recomendação.

Quadro LXXII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO			010089
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	RA 2011.08854/003	2	
Setor responsável objeto da recomendação			
SELOG			
Descrição da Recomendação			
Recomendação nº 01			
Providenciar rotinas de separação e destinação de resíduos, de acordo com o Decreto nº 5.946/2006.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
SR/DPF/TO			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação nº 01			
1- Reunião com as Associação de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis – ASCAMPA, para que a mesma possa retornar com a coleta dos materiais recicláveis na SR/DPF/TO.			
2- Palestras de conscientização com o efetivo e separação dos materiais na unidade da SR/DPF/TO.			
Síntese dos resultados obtidos			
A separação dos resíduos está ocorrendo na SR/DPF/TO, sendo que a Associação de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis – ASCAMPA, faz a coleta dos materiais nesta Superintendência.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro LXXIII – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/DPF/TO	010089
Recomendações do OCI	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	RA 2011.08854/003	3	
Setor responsável objeto da recomendação			
NAD – Núcleo de Administração			
Descrição da Recomendação			
Recomendação n° 01			
Providenciar medidas de formalização de processos de trabalhos relativos à gestão de bens imóveis bem como de controles relativos às despesas e processos com manutenção e instalações dos bens.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
NAD – Núcleo de Administração			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação n° 01			
A Direção Geral estará publicado até o final do exercício, Instrução Normativa que trata dos processos de trabalho relacionado a gestão de bens imóveis, já os controles relativo as despesas e processos com manutenção e instalações dos bens será realizada pelo Núcleo Administrativo desta SR/DPF/TO.			
Síntese dos resultados obtidos			
O Sistema esta em fase final de implantação, sendo que a Superintendência já esta utilizando o E-LOG, nos módulos Almojarifado e			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Devido ao sistema se encontrar em fase final, tem ocorrido inúmeras inconsistências, o que tem gerado retrabalho em determinadas situações.			

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

ITEM 13

13.1 Declaração do Contador Responsável

Quadro LXXV - Declaração do Contador Responsável



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ): SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE TO – SR/TO/DPF	Código da UG: 200404 - 200405
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200404, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8

SEÇÃO IV

OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PELA UJ

A Superintendência Regional planeja manter e efetivar diversas ações voltadas para a observância e o atendimento aos princípios da Administração Pública, entre eles os da eficiência e da economicidade. Entre as ações idealizadas, encontram-se medidas de otimização dos meios (terceirização da área de TI, adequação da rede elétrica, implantação do VOIP, por exemplo) e de melhoria no controle de gastos (contratação de empresa para manutenção, abastecimento de viaturas da UJ, manutenção predial).

Embora prejudicada no exercício anterior por questões referentes à quantidade de servidores disponíveis, a atividade afeta à unidade de Controle Interno (UCI) deverá se tornar mais efetiva, permitindo que a ação como terceira parte, contemporânea e preventiva, identifique, acompanhe e auxilie o gestor na identificação de etapas críticas dos processos mapeados.

É possível que algumas ações sejam comprometidas com a edição recente de novo decreto (Decreto Presidencial nº 7689, de 2 de março de 2012), o que pode impactar na realização de algumas das medidas pretendidas, porém – espera-se – sem reflexos na atividade fim operacional.

Quanto à atividade policial propriamente dita, a publicação do novo regimento interno da PF permitiu formalizar o que ocorria na prática, consistente a divisão da atividade policial em dois grandes eixos: a atividade de polícia administrativa, referente à fiscalização de atividades (controle de segurança privada, produtos químicos, armas etc), emissão de passaportes e controle migratório, além do atendimento de demandas policiais específicas (grupo tático, cumprimento de mandados de prisão etc), a cargo da Diretoria Executiva; e a atividade de investigação e Polícia Judiciária, encarregada de fazer cumprir a previsão constitucional de a PF atuar como Polícia Judiciária da União, bem como na apuração de infrações penais de interesse da União e na repressão uniforme a determinados crimes.

Nesse cenário, recentemente foram apresentadas diretrizes às autoridades policiais, encarregadas da presidência e coordenação das investigações, no sentido de fazerem aumentar a percepção de segurança na população do estado do Tocantins, o que se dará por meio de ações de pronto-emprego (vide mais dados nos comentários finais) e no aumento de prisões em flagrante por iniciativa interna (realizadas por investigações levadas a cabo pela própria equipe policial). Há, também, clara diretriz da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado de que o

planejamento, preparação e realização das ora denominadas “operações especiais” sejam não só estimuladas, mas cobradas de cada autoridade policial que atua na presidência de inquéritos policiais.

Acresça-se a isso a expectativa de concurso público para a área policial, o que pode contribuir para o incremento do efetivo policial. Infelizmente, porém, não há previsão para a realização de concurso para a área administrativa, a qual tem se mostrado deficitária no número de servidores, os quais têm se esforçado para suprir tal carência por meio do comprometimento pessoal com a instituição.

Programa Carbono Neutro

A atuação referente ao programa de Carbono Neutro se iniciou ao fim do período chuvoso (março, abril), quando a comissão visitou o local do plantio de 2010, repôs mudas, sugeriu limpeza da área próxima à prefeitura e finalizou o projeto.

As atividades de escolha, recuperação, preparação do terreno, perfuração de covas e adubação para o plantio de mudas nativas, busca de parceiros, dentre outras, seriam feitas a partir do segundo semestre, na aproximação do período do plantio.

Em razão de solução de continuidade provocada por relotações de servidores, entre eles o gerente do projeto, a restrição orçamentária que direcionou a força de trabalho para a atividade fim, bem como o longo período em que a UJ permaneceu sem a presença do gestor, não foi possível prosseguir nos demais atos, consistentes no efetivo plantio das mudas.

SEÇÃO V

CONCLUSÃO

A mudança de gestão na unidade deixou um vácuo que pode ter repercutido na qualidade/quantidade do serviço prestado, pois houve um período de aproximadamente quatro meses entre a saída do anterior superintendente regional e a assunção do atual gestor. Em que pese a existência de rotinas próprias às diversas atividades e os processos estarem mapeados e em andamento, inegável que a falta de diretrizes claras e do estabelecimento das metas da administração têm impacto direto no ritmo das ações e na definição dos objetivos da atividade fim.

Esse impacto foi menos sentido na área administrativa, diante das rotinas pré-estabelecidas, da implementação do uso de fluxogramas e da pouca alteração do quadro de servidores que ali desempenham suas funções.

Na atividade policial, houve mudança significativa na forma de atuação, consistente no fortalecimento das delegacias em detrimento de três grandes grupos centralizadores do efetivo policial. Explicando: em razão do pequeno número de servidores policiais e da variação decorrente de remoções, relotações e outras movimentações, observou-se a opção da gestão passada pelo fortalecimento do Núcleo de Operações e do Núcleo de Inteligência pela reunião de uma quantidade maior de agentes de Polícia Federal, bem como o do Núcleo Cartorário com a reunião dos escrivães de Polícia Federal, a fim de se centralizar as demandas oriundas das autoridades policiais (delegados de Polícia Federal) lotadas nas delegacias da Superintendência. Isso normalmente se faz necessário para otimizar a execução das tarefas de acordo com o efetivo policial disponível.

Em contrapartida, há uma burocratização da tarefa investigativa, uma vez que as autoridades policiais necessitam conduzir suas investigações com base em memorandos, solicitando diligências ao Núcleo de Operações, levantamentos ao Núcleo de Inteligência ou solicitando apoio aos escrivães lotados no Núcleo Cartorário.

A alteração dessa situação foi priorizada, relotando agentes e escrivães nas delegacias, subordinados diretamente aos delegados presidentes de inquérito, bem como diminuindo o número de agentes do Núcleo de Inteligência Policial, antes empenhados na operação MAET.

Com isso, houve intensificação da atividade de investigação, o que contribuiu para diminuição da carga de inquéritos, sanando-se a questão das demandas represadas no Núcleo de Operações.

Outro fator que contribuiu para a manutenção dos índices relativos à atividade policial foi a adoção, por meio de normativo interno, do Plano de Atendimento de Ocorrências Externas, na qual os policiais em regime de sobreaviso (delegado, escrivão, agentes, peritos e papiloscopista) ficam encarregados do atendimento imediato a todas as demandas comunicadas ao plantão da unidade.

O principal objetivo desse plano é o aproveitamento das “horas de ouro” de uma investigação, que são as primeiras 24 horas após o fato, momento mais produtivo e apropriado para obtenção de provas e compilação dos elementos de convicção. Com isso, além de resposta imediata a situações em curso ou que acabaram de ocorrer, eliminam-se diversas diligências que seriam rotineiramente realizadas, as quais são efetuadas no local e por toda a equipe, encerrando ali mesmo as investigações ou diminuindo consideravelmente o tempo de instrução de um inquérito policial.

Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las

Como dito, a carência de policiais e de servidores administrativo tem dificultado a observância de algumas recomendações dos órgãos de controle, em especial na parte afeta à segregação de determinadas funções na área de Recursos Humanos e Administração e Logística. Reforça-se que, apesar desse fato, os servidores administrativos têm conseguido cumprir bem suas atividades e atingir as metas estabelecidas.

Na área policial, essa carência se faz presente na dificuldade de empregar policiais em áreas que necessitam de efetivo mínimo. Como exemplo, cita-se o fato de que há quatro delegacias (DELESP, DELEAQ, DELEMIG e DELEPAT) sem delegados lotados, especialmente porque foram efetivadas remoções para ocupação de cargos DAS em outras localidades, além de remoções de três DPFs desta SR/DPF/TO e dois DPFs de DPF/AGA/TO para outros locais.

Espera-se que os concursos públicos já previstos para o ano de 2012 venham a suprir ou minimizar a carência de servidores policiais.

Principais medidas que deverão ser adotadas pela unidade nos exercícios seguintes para corrigir os possíveis desvios dos objetivos traçados no exercício

A SR/DPF/TO passará a adotar em 2012, como índices de avaliação do desempenho da atividade de Polícia Judiciária, o padrão estabelecido pela DICOR/DPF, consistente no respeito à especificidade dos diversos campos de atribuição da PF.

Assim, são considerados critérios para avaliação do desempenho da unidade o número de inquéritos relatados, o número de prisões em flagrante de iniciativa própria, o número de operações denominadas especiais, o valor de bens apreendidos e/ou recuperados, quantidade de droga apreendida, entre diversos outros índices, afetos a cada área de atuação.

Em relação aos trabalhos de Polícia Administrativa, o direcionamento de uma delegacia regional (DREX) para cuidar apenas dessas atribuições é fator que permitirá a priorização da atividade de fiscalização e de policiamento, inclusive no que se refere ao cumprimento de ordens de prisão, por exemplo.

ELZIO VICENTE DA SILVA

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional

SR/DPF/TO